

CLIPPING IMPRESSO

18/05/2022



INDICE

1. CORREIO BRAZILIENSE	
1.1. INSTITUCIONAL.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	2
3. JORNAL O DEBATE	
3.1. AÇÕES TJMA.....	3
3.2. DECISÕES.....	4
3.3. PRESIDÊNCIA.....	5
4. JORNAL O PROGRESSO	
4.1. PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE).....	6
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	7
5.2. DESEMBARGADOR.....	8 - 10
5.3. INSTITUCIONAL.....	11 - 12
6. O ESTADO DE SÃO PAULO	
6.1. INSTITUCIONAL.....	13
7. O GLOBO	
7.1. INSTITUCIONAL.....	14

CONGRESSO

PEC do Quinquênio divide parlamentares

Pacheco se propõe a pôr texto em votação, mas governo e oposição resistem

» TAÍSA MEDEIROS

Jefferson Rudy/Agência Senado



Os integrantes do Poder Judiciário podem voltar a receber, junto com os vencimentos, um benefício financeiro que foi extinto em 2005. A Proposta de Emenda Constitucional 63/2013 — a chamada PEC do Quinquênio — tramita há oito anos no Congresso e aumentaria em até 35% os ganhos de juízes e membros do Ministério Público. O texto tem tudo para ir a votação em breve, porém está longe de ser consenso entre os parlamentares.

Na superfície, o presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), considera que a aprovação do texto seria uma forma de pôr fim aos supersalários e “estruturar” as carreiras do Judiciário. Mas, quando se mergulha mais fundo no caso, há quem diga que a motivação é outra: dar uma resposta ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux, que manifestou interesse na aprovação da PEC.

Este, aliás, teria sido um dos assuntos tratados na conversa entre o ministro e Pacheco, no último dia 3. O senador estaria disposto a atender ao Judiciário oferecendo-se até mesmo para relatar a PEC. Por sinal, ele agendou, nesta semana, almoço com um grupo de parlamentares de peso para tratar do assunto.

Mas se Pacheco tem demonstrado boa vontade em relação à PEC, o mesmo não se pode dizer das bancadas. As do PT e do Podemos, por exemplo, são majoritariamente contrárias. “Agora, a articulação é para que não ponha a PEC para votação”, disse um senador.

Um por outro

Entre os aliados do Palácio do

Segundo Portinho, PL dos supersalários também tem que entrar em votação para a PEC poder andar



Se a PEC 63 estiver condicionada ao fim dos supersalários, estou disposto. Pelo que me parece, se há, de fato, a economia de R\$ 10 milhões que se estima, a vantagem é maior”

Senador Carlos Portinho (RJ), líder do PL na Casa

Planalto, a condição para a votação da PEC seria a votação do Projeto de Lei (PL) 6726/16, aprovado no ano passado, que lista quais tipos de pagamentos podem ficar de fora do teto do funcionalismo público, limitando os chamados “supersalários”. “Falei para o Pacheco: se a PEC 63 estiver condicionada ao fim dos supersalários, estou disposto. Pelo que me parece, se há, de fato, a economia de R\$ 10 milhões que se estima, a vantagem é maior”, explicou o líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ).

O parlamentar salienta que “não seria uma premiação (para o Judiciário) sem razão, teria a justificativa da progressão da carreira”.

“Só que como o (PL) do supersalário é terminativo, aqui, no Senado, e esse da PEC 63 começa (a tramitação) aqui no Senado, isso tem que ser um acordo de liderança. Tem que votar primeiro a PEC, que vai para a Câmara, e quando a Câmara marcar a votação, a gente marca a do (PL do) supersalário. Tem que ser concomitante”, frisou Portinho.

Diante da falta de consenso para colocar em votação o texto do quinquênio, parlamentares próximos a Pacheco já o orientaram a deixar a decisão de levar adiante a PEC para o colégio de líderes. Isso o isentaria de responsabilidade caso o texto não avance na Casa, e não o deixaria mal junto ao Judiciário.

Concessionária de energia deve indenizar clínica, decide TJMA



A 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença do Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Balsas, que condenou a Equatorial Maranhão Distribuidora de

Energia a pagar R\$ 3 mil, a título de danos morais; o mesmo valor, por danos materiais, além de devolução em dobro no valor de R\$ 27.246,80, conforme determina o Código

de Defesa do Consumidor (CDC), a uma clínica de oftalmologia.

O entendimento unânime do órgão colegiado do TJMA, em julgamento de apelação cível movida pela

concessionária de energia elétrica, considerou indevido o faturamento do fornecimento de energia elétrica, entre setembro de 2016 e abril de 2017, resultando na ilegalidade da cobrança.

TJMA implanta escritório de gerenciamento de projetos

Para alcançar resultados efetivos e garantir a continuidade do projeto de modernização da gestão administrativa do Poder Judiciário, iniciado em maio de 2021, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) deu o kick off (pontapé inicial), para a implantação do Escritório de Gerenciamento de Projetos estratégicos (EGP), nesta terça-feira (17).

O objetivo do EGP é dar prosseguimento às atividades de revisão do planejamento estratégico e fortalecer as iniciativas do Projeto de Modernização da Gestão Administrativa com foco em celeridade, eficiência e resultados, organizados e co-gerenciados pela Empresa Falconi. Para isso, o Tribunal instituiu pilares para a estruturação dos projetos nas fases de revisão do planejamento e implementação, são eles: capacitação, método de trabalho, padrões, boas práticas, tecnologia, comunicação e sustentabilidade.

Durante a abertura do Kick Off, o presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten falou, por videoconferência, do dever do Tribunal em dar continuidade aos projetos iniciados na gestão anterior, do ex-presidente Lourival Serejo, como garantia da impessoalidade na administração pública e para que o Tribunal avance no seu dever como instituição democrática na prestação de

um melhor serviço à população.

“O ponto de partida sinaliza que temos que trabalhar com foco e resolutividade, que é um dos nossos eixos temáticos de gestão. São 43 projetos que foram muito bem alinhavados e desenhados, entre eles, 18 que serão tocados pelo escritório de projetos e 25 por seus líderes. O que vamos fazer agora precisa ser um pouco mais, vamos para o operacional. É arregaçarmos as mangas e tocarmos o trabalho”, disparou o presidente.

Entre outras responsabilidades, o Escritório de Projetos deverá garantir a aplicação da metodologia de gerenciamento dos projetos do TJMA; apoiar os gerentes de projetos em todas as fases do projeto; garantir o controle de todos os projetos da organização; avaliar causas sistêmicas de desvios dos projetos e propor soluções; apoiar o Gerente de Projeto na elaboração e atualização do cronograma; apoiar o Gerente de Projeto na gestão de riscos e consolidar lições aprendidas dos projetos.

O coordenador do planejamento estratégico do TJMA, juiz Márcio Brandão, ressaltou que todos os projetos estão em consonância com os eixos da gestão do Biênio 2022/2024, destacando entre eles, o princípio da Governança, e normatizados pela Resolução TJMA nº 44/2021.

TJMA decide que banco deve indenizar idosa por cartão não contratado



Uma idosa aposentada ganhou o direito a uma indenização no valor de R\$ 10 mil, por danos morais, mais indenização por danos materiais, equivalente ao dobro do que teve de descontos indevidos – como determina o Código de Defesa do Consumidor – efetuados pelo banco Pan. A decisão unânime foi da 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, que concordou com o que foi pedido pela apelante, ao observar que ela teve intuito de apenas contratar empréstimo simples, não em cartão de crédito consignado.

O relator da apelação cível, desembargador Raimundo Barros, entendeu que, na verdade, vinham sendo descontados, no benefício previdenciário da aposentada, sempre o valor mínimo de pagamento da fatura do cartão de crédito, gerando uma dívida excessiva que se atualiza de forma mensal, uma vez que os juros do cartão de crédito são bem maiores que os juros do crédito consignado.

Raimundo Barros verificou que a aposentada teve razão ao requerer a extinção da obrigação relacionada ao cartão de crédito consignado, ficando obrigada apenas quanto ao empréstimo consignado normal, uma vez que os valores pagos podem ser suficientes para pagar o valor principal, com os acréscimos legais referentes ao contrato de empréstimo contratado.

DESCONTOS INDEVIDOS

Em relação aos descontos indevidos, o relator disse que a aposentada faz jus ao recebimento em dobro dos respectivos descontos de parcelas, que deverão ser demonstradas e apuradas em liquidação de sentença, ocasião em que será apurado o valor já pago pela consumidora – devidamente corrigido – e, após, realizada a respectiva dedução em relação ao empréstimo contraído com o banco.

Barros acrescentou que a ausência de informações e inobservância de direitos do consumidor – em especial a desvirtuação do contrato de empréstimo por consignação que teria sido feito – configuram danos morais passíveis de reparação no caso, ao condenar a instituição financeira ao pagamento da quantia de R\$ 10 mil.



Edilson Baldez é homenageado com título de cidadão balsense

Nesta terça-feira (17), a sessão ordinária da Câmara Municipal de Balsas foi marcada pela homenagem ao líder empresarial e presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Edilson Baldez das Neves. À frente do Sistema FIEMA, Baldez recebeu a outorga de cidadão balsense, em razão do relevante serviço prestado em prol do crescimento e fortalecimento da classe industrial e empresarial balsense.

O homenageado usou a tribuna para agradecer a indicação. "Muito me honra receber o título de cidadão balsense, pois graças a Balsas, o Maranhão ostenta a posição de ser o segundo maior produtor de grãos do Nordeste, ficando apenas atrás da Bahia e exibe uma participação de 3,6% no PIB do estado, algo em torno de R\$ 3,5 bilhões. É a 35ª cidade mais rica do agronegócio brasileiro e ser agraciado com esse título me deixa lisonjeado", ressalta Baldez.

A homenagem é de iniciativa do vereador presidente Moisés Coelho e Silva Neto e contou com a aprovação unânime dos vereadores. Na oportunidade, o parlamentar aproveitou para destacar a relevância do Sistema S no estado. "É de grande relevância o trabalho que o Sistema FIEMA desempenha em nosso município, ter o presidente Baldez como cidadão balsense muito nos enche de orgulho", finaliza.

Presente na solenidade, o prefeito de Balsas, Erick Augusto, destacou a importância da parceria com o sistema FIEMA. "Nós ficamos felizes em reconhecer Baldez como cidadão Balsense, sobretudo, pelos investimentos que tem feito na região para beneficiar as empresas com mão de obra qualificada, um exemplo disso é a reforma e ampliação do SENAI".

Entre as ações do Sistema FIEMA no município, que demonstram o compromisso na defesa dos interesses da classe empresarial e de propostas que incentivem o desenvolvimento das indústrias maranhenses estão melhoria da base tecnológica do SENAI Balsas, consultorias e apoio à classe industrial balsense.

A cerimônia contou com a presença do prefeito de Balsas, Erick Augusto, do presidente da Câmara de Vereadores, Moisés Coelho e Silva Neto, do desembargador do Tribunal de Justiça, José Gonçalo, do vice-presidente executivo da FIEMA, Celso Gonçalo, do presidente do Centro das Indústrias do Maranhão (CIMAR) e vice-presidente executivo da FIEMA, Cláudio Azevedo, do presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae, Raimundo Coelho, do diretor superintendente do Sebrae-MA, Albertino Leal, do diretor técnico do Sebrae-MA, Mauro Borralho, da diretora administrativa e financeira do Sebrae-MA, Rachel Jordão, do gerente do SENAI Balsas, Kleber

Fora da Pauta

Willian Marinho

williamarinho@hotmail.com

Parceria

Parceria do Poder Judiciário com a universidade CEUMA, Campus Imperatriz, já resultou na migração de 700 processos para o ambiente virtual do Processo Judicial Eletrônico – PJe. Durante visita técnica na Comarca de Imperatriz, no período de 8 a 12 de maio, o corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, conheceu as instalações da Central de Digitalização e Migração para o PJe instalada na universidade.

Treinados

A Central, instalada em agosto de 2021, conta com a participação de 20 acadêmicos do curso de Direito, que foram selecionados e treinados para operar as duas etapas do processo: digitalização do processo físico e migração para o ambiente virtual.

Estrutura

O local dispõe de computadores, scanner's e toda a infraestrutura para realização das tarefas. Nesta primeira fase, os acadêmicos digitalizaram processos oriundos da Vara Especial de Combate à Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher.

Informe JP

Diplomação no TJMA

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza sessão solene de diplomação da desembargadora Sônia Amaral, nesta quarta-feira (18), às 10h, na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Bevilácqua, Avenida Pedro II, Centro.

A diplomação será feita pelo presidente da Corte de Justiça, desembargador Paulo Velten. Na ocasião, a desembargadora Sônia Amaral receberá a Medalha Cândido Mendes. No dia 27 de abril de 2022, Sônia Amaral tomou posse como desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).



Edilson Baldez das Neves ladeado pelo prefeito de Balsas, Erick Augusto, e pelo presidente da Câmara Municipal de Balsas, Moisés Coelho

Em Balsas, Edilson Baldez é homenageado e recebe título de cidadão balsense

PÁG.4

Em Balsas, Edilson Baldez é homenageado e recebe título de cidadão balsense

DIVULGAÇÃO

Nessa terça-feira (17), a sessão ordinária da Câmara Municipal de Balsas foi marcada pela homenagem ao líder empresarial e presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), Edilson Baldez das Neves. À frente do Sistema Fiema, Baldez recebeu a outorga de cidadão balsense, em razão do relevante serviço prestado em prol do crescimento e fortalecimento da classe industrial e empresarial balsense. O homenageado usou a tribuna para agradecer a indicação. “Muito me honra receber o título de cidadão balsense, pois graças a Balsas, o Maranhão ostenta a posição de ser o segundo maior produtor de grãos do Nordeste, ficando apenas atrás da Bahia e exibe uma participação de 3,6% no PIB do estado, algo em torno de R\$ 3,5 bilhões. É a 35ª cidade mais rica do agronegócio brasileiro e ser agraciado com esse título me deixa lisonjeado”, ressaltou Baldez.

A homenagem é de iniciativa do vereador presidente Moisés Coelho e Silva Neto, e contou com a aprovação unânime dos vereadores. Na oportunidade, o parlamentar aproveitou para destacar a relevância do Sistema S no estado. “É de grande relevância o trabalho que o Sistema Fiema desempenha em nosso município. Ter o presidente Baldez como cidadão balsense nos enche de orgulho”, disse.

Presente na solenidade, o prefeito de Balsas, Erick Augusto, destacou a importância da parceria com o sistema Fiema. “Nós ficamos felizes em reconhecer Baldez como cidadão balsense, sobretudo, pelos investimentos que tem feito na região para beneficiar as empresas



Edilson Baldez das Neves ladeado pelo prefeito de Balsas, Erick Augusto, e pelo presidente da Câmara Municipal de Balsas, Moisés Coelho

com mão de obra qualificada, um exemplo disso é a reforma e ampliação do Senai”. Entre as ações do Sistema Fiema no município - que demonstram o compromisso na defesa dos interesses da classe empresarial e de propostas que incentivem o desenvolvimento das indústrias maranhenses - estão melhoria da base tecnológica do Senai Balsas, consultorias e apoio à classe industrial balsense.

A cerimônia contou com a presença do prefeito de Balsas, Erick Augusto, do presidente da Câmara de Vereadores, Moisés Coelho e Silva Neto, do desembargador do Tribunal de Justiça, José Gonçalves, do vice-presidente executivo da Fiema, Celso Gonçalves, do presidente do Centro das Indústrias do Maranhão (Cimar) e vice-presidente executivo da Fiema, Cláudio Azevedo, entre outros.

Informe JP

Miudinhas

*** Na próxima quinta-feira, dia 19 de maio, às 16h, a desembargadora Angela Maria Moraes Salazar e o desembargador José Luiz Oliveira de Almeida tomam posse como presidente e corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, respectivamente, durante sessão solene a ser realizada no plenário Ernani Santos da sede do órgão, na Avenida Senador Vitorino Freire, Areinha.

*** Na mesma data, despede-se o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, que tomou posse como membro efetivo em 19 de maio de 2020 e presidiu a Corte a partir de 1º de março de 2021.

*** A nova mesa diretora do TRE-MA comandará no estado as eleições majoritárias em que haverá escolha de deputado federal, deputado estadual, senador, governador e presidente da República.

Congresso promulga emenda que permite nomeação de juízes até os 70 anos

PÁG.7

Congresso promulga emenda que permite nomeação de juízes até os 70 anos

ROSINEI COUTINHO/SCO/STF



A nova norma vale para os supremos tribunais federais, para o TCU, ministros civis do Superior Tribunal Militar, além de tribunais regionais federais

O Congresso Nacional promulgou, nessa terça-feira (17), a Emenda Constitucional (EC) 122/22, que aumenta o limite de idade para indicação de ministros de tribunais superiores e juízes de segunda instância. O limite passa dos atuais 65 para 70 anos de idade.

Essa mudança serve para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Tribunal de Contas da União (TCU) e os ministros civis do Superior Tribunal Militar (STM). Vale também para os tribunais

regionais federais (TRFs) e os tribunais regionais do trabalho (TRTs).

A emenda teve origem na PEC 32/2021, aprovada pelo Senado no última terça-feira (10), e teve como relator o senador Weverton Rocha (PDT-MA). Na apresentação do seu parecer, o parlamentar maranhense defendeu que a mudança é apenas um ajuste na Constituição em decorrência da chamada “PEC da Bengala” (EC 88), que subiu de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória dos ministros. (Gil Maranhão)

Judiciário e MP Privilégio em ano eleitoral

PEC de juízes beneficia só 0,08% dos contratos de trabalho no País

Proposta que concede reajuste de 5% a magistrados e procuradores a cada 5 anos de trabalho atinge 38 mil holerites

.....

ADRIANA FERNANDES

BRASÍLIA

A volta de um reajuste de 5% sobre o salário a cada cinco anos de tempo de serviço para juízes e procuradores, conhecido como quinquênio, beneficiaria apenas 38 mil pessoas em todo o País, 0,08% do total de vínculos empregatícios formais no Brasil (nos setores público e privado). É o que mostra estudo do Centro de Liderança Pública (CLP), uma organização da sociedade civil suprapartidária que trata de políticas públicas e tem como um dos focos a defesa da reforma administrativa.

O privilégio está previsto na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 63/2013, em tramitação no Senado há nove anos, e que agora deve ser votado. A remuneração extra foi extinta para juízes em 2005. Para os servidores do Executivo, não existe desde 1999.

Segundo apurou o **Estadão**, o acordo para a aprovação da PEC é costurado por lideranças do Congresso com os presidentes dos tribunais e do MP e tem o apoio do Planalto.

Conforme o estudo do CLP, a aprovação do quinquênio aumentará a desigualdade e fará com que muitos passem a ganhar acima do teto do funcionalismo, diferentemente do que disse o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), ao defender a proposta no programa Roda Viva, da TV Cultura.

Pacheco é um dos patrocinadores da PEC e discutiu a proposta com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux. Segundo apurou o **Estadão**, as chances de aprovação no Senado são altas. Pela PEC, o quinquênio não será submetido ao teto remuneratório do funcionalismo, que é o salário dos ministros do STF, hoje em R\$ 39,3 mil mensais.

Atualmente, o gasto médio mensal por juiz, incluindo salário, indenizações, encargos, Imposto de Renda e despesas com passagens aéreas e diárias, é

de R\$ 48,2 mil, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O CLP aponta um custo de R\$ 2 bilhões, caso o privilégio alcance somente magistrados e procuradores do MP. Mas há emendas para estender o bônus a outras categorias.

Como mostrou o **Estadão** na edição de ontem, outro levantamento dava conta de um impacto de R\$ 7,5 bilhões por ano aos cofres públicos. O cálculo foi feito pelo consultor legislativo Luiz Alberto dos Santos, em nota técnica.

CRÍTICA. “O quinquênio é um grande retrocesso para o País”, diz Tadeu Barros, diretor-presidente do CLP. Segundo ele, entre os vários elementos de reforma administrativa que busca a eficiência, está a meritocracia, e o quinquênio vai na contramão dela. “É um expediente, uma ferramenta, que diz que o servidor público a cada cinco anos ganha um percentual a mais no seu salário sem olhar para a produtividade”, alerta.

Para o deputado Tiago Mitrud (Novo-MG), aprovar a PEC abre uma “porteira” para que outras carreiras consigam o mesmo “jogando o conceito do teto remuneratório no lixo”. ●

.....

Despesas

R\$ 48,2 mil é a média do que é gasto pelos cofres públicos com juízes, segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

R\$ 7,5 bilhões seria o gasto anual com o privilégio

PEC 63 é uma ignomínia que precisa ser repelida

Proposta restabelece o descabido quinquênio aos mais privilegiados do funcionalismo: juízes e procuradores

É uma ignomínia, não tem o menor cabimento, precisa ser esquecida ou, na pior das hipóteses, derrubada em todas as votações possíveis a Proposta de Emenda Constitucional 63 (PEC 63), que restabelece o privilégio descabido da promoção automática a cada cinco anos (quinquênio), com aumento salarial de 5%, a juízes e procuradores, as mais privilegiadas carreiras do serviço público.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou em entrevista ao programa “Roda viva” que restaurar a mamata, abolida em 2005, é importante para compensar as “privações” por que passam os integrantes do Judiciário e do Ministério Público (MP). Não se sabe em que planeta vive Pacheco. Eis, aqui na Terra, algumas “privações” de juízes e procuradores:

1) Judiciário e MP têm média salarial igual ao dobro do Legislativo e ao triplo do Executivo, segundo estudo do Ipea. Em 2019, o salário médio era R\$ 15.274 (patamar dos 2% mais ricos do Brasil), e só 7% recebiam menos de R\$ 2.500;

2) Das dez maiores remunerações nas esferas federal, municipal e estadual, nove estavam em cargos no Judiciá-

rio e no MP. “A partir dos anos 1990, as remunerações do Judiciário assumem trajetória de aumento bem superior aos demais Poderes”, afirma o estudo;

3) No Judiciário e no MP, proliferam privilégios já extintos noutras áreas, como férias de 60 dias, promoções automáticas, licenças-prêmio, aposentadorias compulsórias, auxílios moradia, refeição, paletó e outras prebendas;

4) Em 24 estados, o vale-refeição de juízes superava o salário mínimo. Mais de 8 mil magistrados receberam remuneração igual ou superior a R\$ 100 mil pelo menos uma vez desde 2017 (eles são um terço dos que recebem supersalários acima do teto constitucional);

Por desfrutar tais privilégios, cada juiz custa aos cofres públicos mais de R\$ 48 mil mensais, segundo o Conselho Nacional de Justiça. O Brasil tem a Justiça mais cara do mundo, de acordo com estudo dos pesquisadores Luciano Da Rose e Matthew Taylor. Judiciário e Ministério Público consomem anualmente 1,8% do Produto Interno Bruto, 11 vezes o custo de instituições similares na Espanha, dez vezes o da Argentina e nove vezes o dos Estados Unidos.

O gasto absurdo infelizmente não implica que a Justiça brasileira tenha

produtividade dez vezes maior que a congênera noutros países. Ao contrário, ela é conhecida pela lentidão, burocracia e ineficiência. Qualquer gestor sabe que, em tais condições, um aumento automático a cada cinco anos sem nenhum critério de mérito representa apenas a perpetuação de um estado de coisas que deveria ser extinto.

Se Pacheco realmente estivesse preocupado com a qualidade e o custo do serviço público, teria dado prioridade a uma ampla reforma administrativa que trouxesse critérios de desempenho para a gestão do Estado e incluísse todos os funcionários da ativa, especialmente integrantes do Judiciário e do MP, acabando com todas as regalias indecentes a que têm direito. Ou, no mínimo, levaria a votação a lei que restringe os supersalários no setor público já aprovada na Câmara. Agora, quer condicioná-la à absurda PEC 63, que gravaria na Constituição privilégios inaceitáveis e traria ainda mais distorções à gestão pública. Nem é preciso lembrar o impacto fiscal da proposta, estimado em R\$ 7,5 bilhões anuais. Ela é por si só um acinte que deve despertar revolta em todo pagador de impostos. Precisa ser repelida com energia.